


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de SÃO PAULO

FORO REGIONAL II - SANTO AMARO

8ª VARA CÍVEL

 AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº 22.939, SALA 2, VILA
 ALMEIDA - CEP 04795-100, FONE: (11) 5541-8158, SÃO PAULO-SP
 - E-MAIL: UPJ5A8E15CVSTOAMARO@TJSP.JUS.BR

DECISÃO

 Processo nº: **0035032-26.2024.8.26.0002 - Liquidação de Sentença pelo
 Procedimento Comum**

Requerente: _____

Requerido: _____

Vistos.

Trata-se de fase de liquidação a fim de apurar o valor líquido atinente à obrigação de fazer imposta à operadora do plano de saúde, para cômputo da verba sucumbencial honorária do patrono autor.

A requerida, por sua vez, entende que somente deve ser computado o valor arbitrado a título de danos morais, e não da obrigação de fazer, uma vez que foi condenada ao pagamento de "20% sobre o valor da condenação".

Pois bem.

A sentença é clara ao determinar que a verba honorária incide “em 20% do valor da condenação” e tal abrange tanto o valor atinente à obrigação de fazer quanto o valor pecuniário arbitrado a título de danos morais, de modo que ambos devem integrar a base de cálculo.

Trata-se de mera interpretação semântica, de modo que o efetivo proveito econômico refere-se à condenação integral.

Nesse sentido, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:
*CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PLANO DE SAÚDE – VERBA HONORÁRIA -
 HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE DEVEM INCIDIR SOBRE A
 CONDENÇÃO, CONSISTENTE NOS DANOS MORAIS E NA OBRIGAÇÃO DE
 FAZER - DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES MENSURÁVEIS E JÁ
 APRESENTADAS PELA EXECUTADA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO NÃO
 PROVIDO. (TJSP; Agravo de Instrumento 2124591-29.2025.8.26.0000; Relator
 (a): Erickson Gavazza Marques; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Privado;
 Foro de Jundiaí - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 11/06/2025; Data de Registro:
 11/06/2025)*

Em suma, diante da natureza condenatória da obrigação de fazer, ainda que ilíquida, certo é que possui conteúdo econômico, facilmente informado pelo executada,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de SÃO PAULO

FORO REGIONAL II - SANTO AMARO

8ª VARA CÍVEL

AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, Nº 22.939, SALA 2, VILA

ALMEIDA - CEP 04795-100, FONE: (11) 5541-8158, SÃO PAULO-SP -

E-MAIL: UPJ5A8E15CVSTOAMARO@TJSP.JUS.BR

inclusive, e que deve servir de parâmetro para o cálculo dos honorários sucumbenciais.

Portanto, cumpra a requerida fl. 04, no sentido de comprovar o valor despendido atinente à obrigação de fazer imposta, em 15 dias.

Após, manifeste-se a parte autora.

Int.

São Paulo, data da assinatura digital.

VANESSA SFEIR

Juíza de Direito

